

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.246 - PR (2019/0001755-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : JOAO NAZARIO RODRIGUES
RECORRIDO : ZILDA GONCALVES RODRIGUES
RECORRIDO : AURELIANO NAZARIO RODRIGUES
RECORRIDO : JOAO ODILON NAZARIO RODRIGUES
RECORRIDO : PRISCILA RODRIGUES
ADVOGADOS : OSMAR ALVES BAPTISTA - PR005123
LIGIA GOEBEL E OUTRO(S) - PR023969

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS PELO TRIBUNAL A *QUO*. OMISSÃO EVIDENCIADA. AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 CONFIGURADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do Tribunal *a quo*, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. VILA DOMITILA. COISA JULGADA EM FAVOR DO INSS. NULIDADE NA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DOCUMENTO NOVO, ERRO DE FATO E VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. INEXISTÊNCIA. AÇÃO RESCISÓRIA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

1. É cediço que o ajuizamento da ação rescisória não se mostra cabível nas hipóteses em que, a pretexto da alegada existência de afronta a literal dispositivo de lei, documento novo, coisa julgada e ocorrência de erro de fato, a parte tenha por objetivo um novo julgamento da contenda, tendente a buscar entendimento jurídico diverso, no todo ou em parte, daquele anteriormente adotado e, desta feita, inteiramente favorável às suas pretensões.

2. Consoante já se manifestou esta Corte, o documento novo que propicia o manejo da ação rescisória fundada no art. 485, inc. VII do Código de Processo Civil é aquele que, já existente à época da decisão rescindenda, era ignorado pelo autor ou do qual não pôde fazer uso, capaz de assegurar, por si só, a procedência do pronunciamento jurisdicional.

3. O erro de fato passível de rescisão é resultado de documento ou ato da causa, não de eventual erro de magistrado ao apreciar a demanda, já que a má apreciação da prova não enseja a ação rescisória. Há erro de fato quando a sentença admitir ato inexistente ou considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido, conforme expresso no artigo 485, artigo IX, parágrafo 1º, sendo indispensável que, num como noutro caso, não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato. No julgado rescindendo não houve admissão de ato inexistente, tampouco foi considerado inexistente um fato efetivamente ocorrido.

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração foram rejeitados, conforme fls. 1.397-1.400.

No apelo especial, o recorrente alega afronta ao art. 1.022, II, do CPC/2015, ao argumento de que a decisão do Tribunal *a quo* não se manifestou sobre a necessidade de esclarecimentos acerca da forma como se daria a fixação de verba honorária.

Sem Contrarrazões.

Juízo de admissibilidade às fls. 1.432-1.433.

É o relatório. Passo a decidir.

Preliminarmente, a análise pormenorizada dos presentes autos evidencia que o Tribunal *a quo* incorreu em afronta ao art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque aquela Corte ao rejeitar os embargos do recorrente furtou-se a emitir juízo a respeito de ponto de suma relevância para o deslinde da controvérsia, qual seja: **a necessidade de esclarecimentos acerca da forma como se daria a fixação de verba honorária.**

Nesse sentido, ao rejeitar os embargos de declaração do ora recorrente, era mister da corte de origem se pronunciar no concernente à questão supra, em homenagem ao princípio do *tantum devolutum quantum appellatum* que o recurso de apelação encerra, porquanto é defeso ao Superior Tribunal de Justiça debruçar-se sobre a questão ventilada nos embargos de declaração pela primeira vez.

Isso posto, **dou provimento ao Recurso Especial** para declarar violado o art. 1.022 do CPC/2015. E, como consectário, determino a remessa dos presentes autos ao Tribunal de origem, a fim de que aquela Corte se manifeste sobre a matéria articulada nos embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator